



Releituras teológicas contemporâneas do pecado original

Contemporary theological reinterpretations of original sin

*Renato Alves de Oliveira**

Recebido em: 16/03/2026. Aceito em: 21/05/2026.

Resumo: *Este artigo tem o objetivo de apresentar propostas de releituras teológicas contemporâneas sobre o pecado original. Trata-se de uma doutrina que conquistou um caráter sistemático com Agostinho e que influenciou a teologia ocidental e o magistério da Igreja Católica. O percurso metodológico é histórico-evolutivo. Primeiramente, parte-se da fundamentação bíblica, mostrando que o texto no qual se apoia a doutrina é Rm 5,12. Em seguida, o pecado original é apresentado de modo evolutivo no curso da tradição cristã, passando por Agostinho, teologia medieval, Concílio de Trento e a relação entre monogenismo e pecado original, segundo a encíclica Humani Generis do Papa Pio XII. Diante de uma postura historicista do relato das origens, de uma visão fisicista da transmissão, de uma rejeição da conexão pecado-morte e de uma percepção cosmológica primitiva da visão clássica do pecado original, surgem algumas propostas de releituras teológicas, na segunda metade do século XX, em chave evolutiva, social, feminista, pessoal e mundana. As releituras mostram uma insatisfação com a visão clássica e propõem reinterpretações com o objetivo de conservar a doutrina, porém purificando-a de seu caráter mitológico.*

Palavras-chave: *pecado original; releitura; teologia; contemporânea.*

Abstract: *This article aims to present contemporary theological reinterpretations of original sin. This doctrine acquired a systematic form with Augustine and has deeply influenced Western theology as well as the Magisterium of the Catholic Church. The methodological approach adopted is historical-evolutionary. It begins with the biblical foundation, noting that the primary scriptural basis for the doctrine is Romans 5:12. It then traces the historical development of original sin within the Christian tradition, moving from Augustine to medieval theology, the Council of Trent, and the relationship between monogenism and original sin, as*

* Doutor em Teologia Sistemática pela Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma. Professor do Programa de Pós-graduação em Teologia Prática da PUC Minas. Pesquisa temas de antropologia teológica e escatologia.
E-mail: praobh@yahoo.com.br





addressed in Pope Pius XII's encyclical Humani Generis. In light of a historicist reading of the account of origins, a physicalist understanding of its transmission, a rejection of the sin-death connection, and a primitive cosmological framework underlying the classical view of original sin, several proposals for theological reinterpretations emerged in the second half of the 20th century. These reinterpretations – evolutionary, social, feminist, personal, and worldly – express dissatisfaction with the classical conception and seek to preserve the doctrine while purifying it of its mythological elements.

Keywords: *original sin; reinterpretation; theology; contemporaneity.*

Introdução

A doutrina do pecado original é uma forma bíblico-teológica de mostrar como o mal moral entrou no mundo. O pecado entra no mundo por ato de desobediência do casal das origens diante do mandamento de Deus. A mulher foi ludibriada pela serpente e comeu do fruto da árvore que Deus havia proibido. Assim, na visão clássica, a história do pecado e a desarmonia na comunhão com Deus teve seu começo e a morte iniciou o seu reinado, em estreita relação com a culpa.

Agostinho, fundamentando-se em Rm 5,12, é considerado o articulador e o criador do termo “pecado original”, referindo-se ao pecado das origens que é transmitido para as futuras gerações por meio da propagação. A posição de Agostinho, diante do confronto com Pelágio, influenciou os sínodos de Cartago, Orange, a teologia medieval, a reforma protestante, o Concílio de Trento e o magistério da Igreja Católica. Trata-se de uma doutrina que tem impacto em outras áreas da teologia sistemática como antropologia teológica, cristologia, eclesiologia e mariologia.

A visão de Agostinho e do Concílio de Trento que gozou de uma interpretação aceita pela teologia até a primeira metade do século XX foi objeto de insatisfação e reinterpretação na segunda metade do século XX. O percurso metodológico do artigo parte da fundamentação bíblica, da evolução ao longo da tradição cristã e as propostas de releituras teológicas contemporâneas.

1 Fundamentação bíblica do pecado original

No âmbito bíblico, a noção de pecado se refere à relação do ser humano com Deus. Trata-se de uma ruptura na amizade e na aliança com Deus. É uma situação que deriva de uma relação negativa com Deus.



O pecado se refere a uma desarmonia na relação do povo de Israel com Deus. Através do pecado, Israel instaura uma relação com Deus pautada na ruptura com a aliança e na infidelidade. Por isso, o pecado é uma ruptura com Deus, com a comunidade e uma destruição na harmonia entre ambos. O israelita, quando peca, rompe a comunhão com Deus e com a comunidade. O pecado do ser humano tem uma dimensão espiritual e comunitária.

Depois do pecado, vem a situação de culpa em que o pecador se encontra inserido e trata-se uma realidade que afeta os outros (Ex 20,5; 34,7; Num 18,18). Existe uma solidariedade no mal e no bem. A bênção de Abraão é para todos os povos da terra (Gn 12,3), a mediação de Moisés expande para todo o povo (Ex 32,10.14.30-32) e o próprio povo de Israel, na aliança com Deus, é representante de todos os povos (Is 42,4; 45,18-25). Os pecados do rei e do sacerdote afetam todo o povo. Há um vínculo de solidariedade entre todos os seres humanos que está na base da responsabilidade coletiva pelo pecado e pela culpa de cada um. O pecado de um ser humano dissemina o castigo por toda comunidade. Assim, a comunidade pode excluir de seu interior o pecador com o escopo de restabelecer a paz com grupo e com Deus (Num 16,22ss; Js 7,1ss).

O relato javista de Gn 2-3 possui um conteúdo sapiencial. O texto de Gn 3,1-7 apresenta um confronto sapiencial entre a astúcia da serpente e a sabedoria humana. A mulher é ludibriada pela serpente e come o fruto da árvore do meio do jardim que Deus lhe havia proibido. Assim, o pecado tem sua origem na ruptura de um mandamento. Trata-se de um pecado de desobediência em que se burla um mandamento. Porém, não é possível dizer, a partir de Gn 3,1-7, que o pecado de Adão é transmitido pela geração biológica a todos os seus descendentes como em tempos posteriores se pensou.

Depois do primeiro pecado, há uma continuação da história de pecado e de morte. Em Gn 4,8, há o pecado de Caim contra o seu irmão Abel. A desobediência contra Deus conduz ao pecado contra o ser humano. A ruptura na comunhão e na amizade com Deus é o princípio de uma história de pecado envolvendo o ser humano e a natureza. Deus se entristece com a maldade do ser humano e com os desígnios maus presentes no coração humano (Gn 6,5-8). Deus se arrepende de ter criado o ser humano. Ele mandou o dilúvio para destruir a maldade humana. O orgulho dos seres humanos de querer chegar até o céu se manifesta na construção da torre de Babel (Gn 11,1-9). Outra queda no pecado ocorre



com a idolatria de Israel no deserto, rompendo a aliança com Deus. A precipitação no pecado também ocorre quando o povo de Israel pede a Deus um rei com o intuito de equipará-lo com as demais nações (1Sm 8).

O Antigo Testamento não apresenta com clareza todos os elementos necessários para fundamentar o que posteriormente se configurará como a doutrina do pecado original. Não há um nexo causal entre o pecado dos primeiros pais e a condição pecadora da humanidade. Porém, o Antigo Testamento apresenta indícios de elementos nos quais se pode apoiar a futura doutrina do pecado original, como por exemplo, a solidariedade no mal entre os seres humanos. Alguns momentos tratam do influxo do pecado dos pais nos filhos, porém, a geração não é a única forma de expressão dos vínculos de solidariedade no bem e no mal que une os seres humanos. O pecado não é transmitido somente pela via da geração física. O pecado também pode ser transmitido pela via social, cultural e outras. A comunhão e a solidariedade dos seres humanos têm no pecado seu aspecto negativo.

O Novo Testamento, quando trata do pecado da humanidade, geralmente não refere ao pecado de Adão, mas do pecado que o ser humano experimenta cotidianamente em sua vida. Para o Novo Testamento, todos os seres humanos são pecadores e necessitam da salvação de seus pecados por meio de Jesus Cristo. Esta situação de pecado está em conexão com o pecado de Adão. No Novo Testamento, o vínculo do pecado do ser humano com o pecado de Adão não é afirmado com frequência nem mesmo implicitamente. Quem mostra a conexão do pecado humano com o pecado de Adão é o apóstolo Paulo em 1Cor 15,21-22 e Rm 5,12-21 (Lyonnet, 1969, p. 51).

Na visão paulina, Adão e Cristo representam a humanidade de duas maneiras distintas. Em Adão, todos morrem e em Cristo todos ressuscitam. A morte tem sua origem em Adão e a ressurreição tem seu começo escatológico em Cristo. A vida e a morte estão fundamentadas nas figuras corporativas de Cristo e de Adão. As ações de ambos têm efeito sobre todos. A morte de todos em Adão encontra uma relação implícita com o pecado. O sentido da morte não contém uma visão puramente biológica, mas significa também distanciamento na relação com Deus. A morte começa seu reinado no mundo pela mediação de Adão, mas é redimida pela salvação em Cristo. A redenção operada por Cristo é a resposta de Deus a uma humanidade pecadora. A justificação do ser



humano pela fé é gratuita porque se baseia na ação de Cristo e não no mérito ou na ação humana.

O texto clássico no qual a tradição cristã fundamenta a doutrina do pecado original é Rm 5,12: “Eis porque, como por meio de um só homem o pecado entrou no mundo e, pelo pecado, a morte, e assim a morte passou a todos os homens *porque todos pecaram*”. A expressão “porque todos pecaram” em grego significa *eph'hò pántes hèmarton*. Esta expressão foi objeto de muita discussão na tradição cristã. A Vulgata traduz a expressão grega *eph'hò pántes hèmarton* para o latim no sentido de *in quo (Adão) omnes peccaverunt* que significa “no qual todos pecaram”. A patrística grega interpreta a preposição grega *epi* (ou *eph'*) no sentido de “por” (“por causa de”, “por meio de”) e assim a expressão “todos pecaram” pode ser entendida como uma participação de todos no pecado de Adão ou como uma afirmação dos pecados pessoais de todos os seres humanos. A expressão grega *hèmarton* é interpretada pela patrística latina como uma participação de todos os seres humanos, incluindo as crianças, no pecado de Adão. Já, para a patrística grega, a expressão se refere aos pecados pessoais dos adultos. O Concílio de Trento acolheu a interpretação latina, defendendo que todos os seres humanos participam da culpa de Adão (Lyonnet, 1964, p. 234).

No século XVI, a maioria dos autores defendeu a interpretação oferecida pelos latinos, presente na Vulgata. Caetano e Seripando consideraram a expressão grega *eph'hò* como uma locução causal. Nos séculos XVII e XVIII, alguns autores refutaram a tradução da Vulgata. No século XX, a maioria dos exegetas renunciava à tradução *eph'hò* no sentido de *in quo* (“no qual”) da Vulgata. Segundo o exegeta Lyonnet, a expressão tem um sentido causal: “porque” ou “por causa do qual” todos pecaram. O exegeta segue a interpretação da patrística grega. A expressão grega *pántes hèmarton* é traduzida como “todos participaram no pecado de Adão” (Lyonnet, 1964, p. 235).

A expressão grega *eph'hò* pode ser traduzida por “como consequência de que”. Para ele, o pecado de Adão não casou um dano à natureza humana, mas a impregnou de uma potência de pecado que domina os seres humanos. Através desta potência, os pecados pessoais dos seres humanos elegeram o regime de pecado transmitido por Adão. Este regime, presente em cada pessoa, adquire concretude porque os seres humanos o colocam em ato por meio de seus pecados pessoais. A expressão grega *eph'hò* pode ser traduzida por “com o



resultado de que”. Neste sentido, os pecados pessoais seriam causados pelo pecado de Adão. A expressão *eph 'hò* pode ainda ser vista como uma conjunção com valor causal (“posto que”, “porque”). As ações pecaminosas dos seres humanos de algum modo manifestam o pecado de Adão, no qual todos os seres humanos estão implicados em uma situação objetiva de pecado e de morte. No pecado dos seres humanos, de algum modo atua o pecado de Adão. Somente pela mediação de Jesus Cristo, os seres humanos pecadores podem ser libertos desta situação (Caballero, 2014, p. 130-133).

2 O pecado original na tradição cristã

Agostinho aborda o tema do pecado original em confronto com o pelagianismo. É primeiro autor que introduz a terminologia “pecado original” e oferece uma reflexão teológica com um teor mais sistemático sobre o tema. Para Agostinho, os seres humanos necessitam de Cristo para serem salvos, porque estão inseridos numa natureza pervertida. O pecado tornou a natureza viciada e manchada. O ser humano não se encontra mais na natureza permeada pela graça como era antes do pecado de Adão. Por seu pecado, Adão gerou seres humanos pecadores. A natureza humana tornou-se não somente pecadora, mas também procriadora de pecado. Adão é pai de todos e todos estavam presentes nele no momento da queda. Todos os seres humanos estão presos nos grilhões da morte por causa do pecado de Adão (Ruiz de la Peña, 1991, p. 128; Grossi; Sesboüé, 2003, p. 145).

Toda Escritura trata da universalidade da redenção em Cristo e do pecado. A interpretação de Agostinho de Rm 5,12 está baseada na versão latina. A partir da leitura do texto latino, Agostinho compreende que a transgressão de Adão transmitiu a todos o pecado e não a morte. Para Agostinho, pela desobediência de Adão, o pecado afetou todos os seres humanos porque todos pecaram em Adão. Todos os seres humanos estão incluídos em Adão. A humanidade formava um só homem em Adão. Em Adão, toda humanidade é gerada e em Cristo, a humanidade é regeneradora. Quem não for regenerado em Cristo não pode ser redimido do pecado e está condenado (Grossi; Sesboüé, 2003, p. 147-150).

Agostinho sustenta enfaticamente a universalidade da salvação em Cristo. A salvação operada por Cristo não é para *muitos*, mas para *todos*. A universalidade soteriológica acampa também as crianças. A Igreja batiza todos os seres humanos para a remissão dos pecados. Ainda que



alguém não tenha pecados pessoais, necessita da redenção de Cristo em razão da herança do pecado de Adão. Uma criança recém-nascida não tem pecado pessoal, mas tem a herança pecaminosa de Adão. Logo, necessita ser batizada para se salvar. Na visão de Agostinho, o ser humano, por seu pecado herdado de Adão, se encontra num estado de privação da graça. A perda da graça conduz o ser humano a um estado de desordem da natureza e a uma desorientação do desejo. Esta condição desorientada é chamada por Agostinho de “concupiscência”. Agostinho, apoiando-se em Rm 5,12-14, sustenta que a transmissão do pecado de Adão se dá pela *propagação* e por via da *geração*. O pecado é contraído através do nascimento e por seu nascimento, o ser humano herda a má ação de Adão.

O influxo da visão de Agostinho sobre o pecado original está presente na teologia medieval. Segundo Ladaria (2004, p. 93), para Pedro Lombardo, o pecado original é identificado com a “concupiscência”. A geração é a causa da transmissão do pecado original. Na visão de Anselmo, o pecado original é a privação ou a ausência da justiça original. Adão, pecando, foi destituído da justiça original, conferida por Deus no ato da criação (Ladaria, 2004, p. 93-94). A posição de Boaventura (1221-1274), Alberto Magno (1196-1280) e sobretudo Tomás de Aquino (1225-1274) está em sintonia com a posição de Pedro Lombardo e Anselmo. Para Tomás, “o pecado original é materialmente a concupiscência, mas formalmente é a falta da justiça original” (Tomás de Aquino, 2005, I-II, q. 82, a.3).

O Concílio de Trento (1545-1563) tratou do tema do pecado original na quinta sessão (1546). Entre os objetivos do Concílio, na abordagem do tema, estava a defesa da posição da Igreja Católica diante da acusação de pelagianismo por parte dos reformadores protestantes. Além disto, objetivava a exposição da reta doutrina sobre a natureza do pecado original. O concílio se apoiou nos Sínodos de Cartago e Orange, oferecendo uma elaboração mais desenvolvida.

O primeiro cânon defende que o primeiro homem transgrediu a ordem de Deus dada no paraíso, perdendo a santidade e a justiça original. Este pecado de prevaricação, provocado por Adão, casou a ira e a indignação de Deus. Em razão desta situação, a morte iniciou seu reinado no mundo e a natureza antropológica de Adão, em corpo e alma, foi mudada para pior (Denzinger, 2007, n. 1511).

O segundo cânon declara que o pecado de Adão causou prejuízo para ele e sua descendência, pois ele e seus descendentes perderam a santidade e a justiça original. A desobediência de Adão transmitiu a



morte e as penas do corpo, bem como o pecado, que é a morte da alma (Denzinger, 2007, n. 1512). O Concílio de Trento apoia a doutrina do pecado original no texto de Rm 5,12, na versão Bíblia Vulgata, traduzindo a expressão *eph'ô* pelo relativo *in quo*.

O terceiro cânon salienta que o pecado de Adão é transmitido por propagação e não imitação. Este pecado está presente em cada descendente de Adão como algo próprio e só pode ser retirado pelos méritos de Cristo. A redenção de Cristo, operada pelo batismo, através da Igreja, atinge adultos e crianças (Denzinger, 2007, n. 1513).

O quarto cânon afirma que as crianças recém-nascidas devem ser batizadas mesmo nascendo de pais batizados. O batismo da criança é para remissão dos pecados, os quais são herdados de Adão. A administração do batismo confere à criança a participação na vida eterna (Denzinger, 2007, n. 1514).

O quinto cânon precisa que a graça de Cristo, conferida no batismo, retira a condição de réu proveniente do pecado original. Com o batismo, tudo que o pecado original contém de verdadeiro e próprio é retirado. Naquele que é batizado permanece a concupiscência, a qual não é pecado. A concupiscência tem sua origem no pecado e se inclina ao pecado (Denzinger, 2007, n. 1515).

O Decreto sobre o pecado original do Concílio de Trento está em sintonia com as ideias presentes na tradição, principalmente em relação a Agostinho. Não se trata de uma doutrina substancialmente nova. O Concílio não precisa em que sentido o pecado de Adão se torna próprio de cada um. Não há uma definição da essência do pecado original, cuja doutrina está subordinada à redenção operada por Cristo que abarca todos os seres humanos.

Em 1950, na Encíclica *Humani Generis*, o papa Pio XII, tratando do poligenismo, teoria que defende a origem da humanidade por meio de uma pluralidade de casais, tocou no tema do pecado original. Na visão desta Encíclica, o poligenismo é incompatível com a doutrina do pecado original. A crença na descendência de um pai comum parece uma verdade indispensável para que o pecado deste pai possa ter prejudicado toda a humanidade. A descendência da humanidade a partir de um único casal parece ser argumento exigido pela doutrina do pecado original e pela fé na redenção de Cristo. Para o referido documento, o monogenismo é o pressuposto lógico necessário da doutrina do pecado original, pois



oferece um aceitável fundamento à solidariedade de todos os seres humanos com o pecador originante, já que todos são afetados pelo pecado de Adão porque são filhos dele¹.

3 Releituras teológicas contemporâneas do pecado original

Diante de uma visão historicista e individualista da figura de Adão, de uma percepção materialista da condição da criação antes do pecado, de uma compreensão fisicista da transmissão do pecado original, de uma posição crítica da cosmovisão que fundamentava o pecado original, de uma rejeição da conexão pecado-morte e de uma concepção natural e essencialista do pecado original, na segunda metade do século XX, surgiram releituras e reinterpretações teológicas do pecado original. Houve também tentativas de reinterpretações filosófica (Boff, 2009, p. 156-159), psicológica (Duffy, 1990, p. 188-191; Andrade, 2004, p. 167-169) e científica (Maldamé, 2013, p. 185-199). No campo teológico, houve propostas de releituras do pecado original em chave evolutiva, social, pessoal, feminista e libertadora.

3.1 O pecado original em chave evolutiva

A doutrina do pecado original, historicamente, foi expressa dentro de uma visão de mundo marcada por uma cosmologia antiga, em que o mundo era concebido de forma geocêntrica, estática e fixa. O pecado original faz parte de uma representação mitológica da realidade. A história de Adão e Eva, fundamento da concepção clássica do pecado original, é incompatível com uma visão evolutiva e científica do mundo. A representação da criação, antes do pecado, estava pautada em um estado de perfeição, numa origem da morte ligada ao pecado e nas ações do casal original. Esta concepção da realidade é superada pela visão evolucionista e científica do mundo.

Uma visão evolucionista do mundo supõe a superação desta representação tradicional, sustentada pela Escritura e pela tradição da Igreja que vigorou até a primeira metade do século XX. A visão clássica do

¹ O Concílio Vaticano II (1962-1965) não tratou diretamente da doutrina do pecado original, porém o tema não está ausente dos textos conciliares. O texto mais relevante sobre o pecado original está na *Gaudium et Spes* 13.



pecado original parte de um mundo perfeito e ordenado para chegar à desordem causada pelo pecado. A realidade estava baseada num estado de perfeição, que em razão do pecado original, causou desordem e imperfeição. “Na verdade, a impossibilidade de abordar Adão e o Paraíso terrestre em nossas perspectivas científicas é tal que me pergunto se um único homem, atualmente, é capaz de combinar simultaneamente seu olhar sobre o mundo geológico invocado pela ciência e o mundo geralmente narrado pela História Santa” (Chardin, 1969, p. 63).

A visão evolutiva do mundo “defende a derivação genética natural das formas de vida mais complexas e perfeitas a partir das formas elementares” (Alszeghy; Flick, 1967, p. 218). O evolucionismo se fundamenta numa visão ascensionista da realidade, partindo de condições de vida mais primitivas para chegar as mais complexas. O mundo está em evolução e expansão. É uma cosmovisão da realidade, qual um organismo que está em processo e num estado de devir. A evolução é um processo de organização e complexificação. Assim, é preciso compreender o pecado original dentro desta visão evolutiva. É necessário reinterpretar a fé a partir de novas categorias e representações. É mister passar de uma cosmologia fixista e estática para uma evolutiva e dinâmica.

Dentro da visão paleontologista, na medida em que a cadeia das gerações remonta ao passado, o ser humano se apresenta mais imperfeito nas suas funções superiores (inteligência, consciência, responsabilidade etc.). Segundo Alszeghy-Flick (1967, p. 222),

seria falso conceber o estado paradisíaco como uma projeção no passado do estado ao qual deveria chegar a humanidade através da evolução, considerando a miséria atual não como uma consequência do pecado, mas como um fenômeno irreversível da evolução, uma tentativa não alcançada, um fracasso evolutivo.

Na visão clássica, o pecado das origens estava ligado ao mal moral e na visão evolucionista de Teilhard de Chardin (1881-1955), o pecado original está vinculado ao mal físico. O pecado original não seria uma doença propriamente terrestre e nem estaria ligado à geração humana, mas consistiria num mal presente na existência de todo ser participado (Chardin, 1969, p. 53). O mal presente no ser humano e no universo estariam implicados e seriam coextensivos. O mal significaria a desordem, a falha e a corrupção do ser. O processo evolutivo comportaria falhas, lacunas e erros. Deus e o mal seriam realidades oponentes. Enquanto



Deus seria unidade, o mal seria a multiplicidade (Chardin, 1988, p. 368-369). O mal seria as potencialidades difusas da condição de todo ser participado. Não se trataria de um acidente primordial, mas de uma condição presente em todo ser participado.

Diante desta visão de Teilhard sobre o mal, o pecado seria a presença do mal universal no campo da consciência do ser humano. O pecado original, enquanto o mal presente na condição do ser participado no estado de multiplicidade, existe permanentemente em todo universo (Chardin, 1969, p. 222), na medida em que o ser participado alcançaria o nível da vida, o mal se manifestaria na morte e no sofrimento. Na proporção em que a vida conquistaria o nível da consciência, o mal se manifestaria como pecado, o mal moral. O mal seria uma situação inevitável presente no ser finito e no ser humano. O ser participado pelo fato de ser múltiplo se tornaria sujeito do mal. O ser humano, por sua participação na multiplicidade e por sua incompletude, se encontraria imerso no estado do mal e inevitavelmente pecaria. O mal, a morte e corrupção seriam elementos constitutivos do ser humano. Neste contexto, Cristo teria um alcance cósmico e seria o redentor do ser humano e do mundo. Cristo representaria o ponto ômega do processo evolutivo e abarcaria todo o cosmo com sua obra redentora. Tudo estaria orientado para a recapitulação em Cristo.

Na visão evolutiva do mundo, não é preciso personificar o mal produzido de modo a responsabilizar um ser humano concreto, como acontecia na visão clássica. O drama do Éden simboliza o drama do mundo em evolução e a felicidade do paraíso é a situação para qual o mundo está orientado. No processo evolutivo, quando o ser humano alcança sua dimensão ético-religiosa deve dar um salto para o sobrenatural. Neste quadro, o ser humano é capaz de se opor ao plano divino. A situação negativa gerada pelo ser humano, no processo evolutivo, não modifica o aspecto fenomenológico do mundo e nem do gênero humano. O pecado desencadeia uma situação pecaminosa e um estado de oposição à vontade divina (Alszegehy; Flick, 1967, p. 221-224).

O pecado significa as forças contrárias à evolução. O processo evolutivo se desenvolve no sentido de Cristo e contra a entropia. Cristo significa a meta e o coroamento do processo evolutivo. A evolução não é um processo puramente imanente, mas se dá em razão da ação transcendente de Deus. O mundo está evoluindo na direção da consumação em Deus.



3.2 O pecado original e o pecado do mundo

Um dos primeiros teólogos a trabalhar o pecado original com uma impostação mais social foi o holandês Piet Schoonenberg (1911-1999). O autor aborda o pecado original no horizonte do “pecado do mundo”, fundamentando-se biblicamente em Jo 1,29 que tem sua raiz no pecado do Israel. Para o teólogo holandês, o pecado original consiste no “estar-situado” (encontrar-se em determinada situação). A situação é um conjunto de circunstâncias que influenciam a pessoa no seu contexto social, religioso e cultural. O pecado do mundo deve ser visto no contexto da queda de Adão e da situação existencial gerada por ele. A condição de estar-situado, não se fundamenta numa atitude pessoal, mas procede da história e das decisões livremente culposas. O pecado original não pode ser confundido com um pecado pessoal. A condição pecadora determina a vontade e a liberdade na medida em que o estar-situado é determinado pelo pecado do outro. Trata-se de um condicionamento “ontológico-existitivo” que antecede as ações livres e as abarca (Schoonenberg, 1967, p. 139).

Em consequência do pecado original, o influxo dos pecados dos antepassados impacta na condição situada. O ser-situado determina intrínseca e negativamente o ser humano. Trata-se de uma situação da vida privada da graça, um estado de impotência, um estar-morto para a vida sobrenatural. O pecado é ruptura do pacto e um rechaço na relação entre Deus e o ser humano. Por isso, o pecado não é somente ausência de valores e de normas, mas privação da graça divina. O pecado original existe em todos como algo próprio. O estar-situado tem uma dimensão moral-religiosa. A condição de estar-situado se opõe à voluntariedade. A situação dos pais causa um estar-situado para a criança, que é prévio a qualquer decisão pessoal. O estar-situado condiciona e determina o ser humano desde o princípio de sua existência pecadora (Schoonenberg, 1972, p. 342-348).

O pecado original como um estar-situado busca conciliar uma visão naturalista e personalista. É o pecado do mundo e contém uma dimensão social e solidária. Tem um pecado que entra no mundo e estabelece uma solidariedade mais além dos pecados pessoais. Há uma repercussão social de condicionamento da ação pessoal. O estar-situado do pecado original precede a atitude pessoal do ser humano, condicionado pelo pecado, e consiste, porém, em algo inerente à existência, em consequência dos



pecados pessoais dos outros. É um estado de pecado que deseja redenção. Uma vez que Cristo foi expulso, o mundo resta privado da graça.

A ausência da graça é uma situação existencial que afeta a humanidade e da qual ninguém pode escapar. A rejeição de Cristo, que teve seu ápice na cruz, constitui o ponto culminante dos pecados anteriores e consiste no ponto central da história do pecado. “Mais do que por geração, este pecado do mundo se transmite por influxo cultural e sociológico” (Sayés, 2002, p. 473). As crianças que nascem no contexto do estar-situado do pecado do mundo têm o acesso a Deus comprometido. O estar-situado do pecado original não somente se transmite pela geração, mas também por meio da humanidade como uma comunidade de educação (Schoonenberg, 1968, p. 169-173).

A hipótese de Schoonenberg, na década de 60 do século XX, consiste num esforço de reinterpretar o pecado original em contexto mundano, social e cultural. O autor considera o conjunto dos pecados da humanidade como pecado originante, porém sem conceder relevância ao primeiro pecado. É como se a situação e a circunstância não fossem geradas por um pecado inicial. Assim, Schoonenberg elimina a causalidade de Adão. Não há um pecado inicial que seja gerador do pecado do mundo (Baumgartner, 1971, p. 207; Sayés, 2002, p. 473). Diferente de Schoonenberg, Martelet (1986, p. 52-53) considera o pecado de Adão como um pecado original. Assim, o pecado de Adão seria o momento inicial na cadeia de pecados posteriores. O primeiro pecado seria uma falta arquetípica que está na base de todo pecado.

A hipótese Schoonenberg se concentra no pecado original originado sem um vínculo com um pecado original originante. A sociedade e a história estão marcadas por uma condição pecadora inerente. Assim, todo ser humano que nasce se torna solidário com o pecado presente no mundo. Porém, como é possível explicar a situação pecaminosa do mundo, prescindindo do primeiro pecador que teria gerado aquela estrutura pecadora? Defender uma situação de pecado presente no mundo sem um pecado gerador, que tenha iniciado a engrenagem pecadora, torna o pecado original originado sem sustentação. A via de transmissão do pecado original, na concepção de Schoonenberg, rompe com a visão fisiológica que perdurou desde Agostinho até o Concílio de Trento, pois se trata de uma transmissão com uma impoção mais social e cultural.



3.3 O pecado original como co-determinação da situação da liberdade pela culpa alheia

A abordagem do pecado original como uma situação de culpa gerada histórica e socialmente pela liberdade dos outros é feita pelo teólogo alemão Karl Rahner (1904-1984), na sua obra *Curso fundamental da fé*. Na visão do teólogo, a liberdade humana não tem uma dimensão puramente eletiva, mas também entitativa. Não se trata simplesmente de uma faculdade habilitada a escolher e a decidir. A liberdade é a faculdade do eterno, do definitivo e do irrevogável. Porém, a liberdade age numa situação co-determinada pela ação da liberdade dos outros. Isso consiste numa situação que determina internamente a liberdade. O sujeito livre está inserido no mundo, na história e na trama das relações interpessoais. A ação da liberdade se dá a partir de um material que a condiciona interiormente. A liberdade recebe o influxo da história das ações livres dos outros. O ser humano quando nasce chega a um mundo marcado por uma co-determinação social e cultural da história da liberdade alheia. A liberdade do ser humano age num pressuposto social e cultural da ação dos outros que a precede. “A liberdade inevitavelmente assume o material com que se realiza como momento intrínseco, constitutivo e por si mesma originariamente co-determinado no definitivo da existência que se possui a si mesma livremente” (Rahner, 1989, p. 134). A situação gerada pelo contexto no qual se dá a ação da liberdade é determinada pelo mundo das relações sociais e pela culpa alheia. A situação gerada pela culpa alheia é universal, permanente e original. Esta situação culposa plasma a interioridade do sujeito. O pecado original deve ser compreendido à luz desta situação co-determinada pela culpa da liberdade alheia. Neste contexto de culpabilidade, a liberdade é capaz de ação má, pois, como afirma Rahner (1989, p. 136):

Toda a experiência do homem aponta no rumo da afirmação de que no mundo realmente existem objetivações de culpas pessoais que, enquanto material da decisão livre de outras pessoas, constituem ameaça para elas, influenciam tentadoramente sobre elas e tornam penosa a decisão da liberdade.

A co-determinação universal e insuperável da situação de culpa é original, no sentido de estar inserida na origem da história. Segundo Rahner (1989, p. 137)



[...] A universalidade e a insuperabilidade da determinação pela culpa por parte da situação da liberdade na única história da humanidade implicam uma determinação original, já dada nos inícios, pela culpa, da situação da humanidade, implica um pecado original.

O pecado original não significa um ato pessoal original da liberdade no início da história, sendo transmitido para as gerações posteriores em sua qualidade moral. Não se trata de uma transmissão biológica da culpa pessoal de Adão. O pecado original não é uma imputação do pecado de Adão. Não é a transmissão da ação pessoal de Adão. A culpa pessoal de um ato original da liberdade não pode ser transmitida. O pecado original é um “não” proferido a Deus. A qualidade moral das ações do primeiro ser humano não pode ser transmitida para as gerações posteriores. O conhecimento do pecado original se baseia na interpretação existencial-religiosa da situação do ser humano. A co-determinação da realidade consiste numa situação gerada desde o início pela história da liberdade.

O pecado original é um conceito analógico. A determinação da situação pela culpa é um elemento da história da liberdade do gênero humano inserido desde os inícios da humanidade. A profundidade da determinação pela culpa, que influencia o campo de ação da liberdade do sujeito, recebe o influxo da essência teológica do pecado, enquanto um “não” proferido à autocomunicação de Deus. A ação da graça divina precede o exercício da liberdade humana. A universalidade da determinação pela culpa da situação, em que todo ser humano exerce sua liberdade, abarca toda história. O pecado original é percebido a partir da experiência que o ser humano faz de si na história da salvação. Primeiro, vem a revelação de Deus e depois o pecado. A descrição bíblica do pecado original não é uma reportagem da ação do casal original, mas tem uma dimensão etiológica. “O pecado original nada mais expressa do que a origem histórica da situação atual, universal e insuperável de nossa liberdade enquanto é co-determinada pela culpa” (Rahner, 1989, p. 143).

3.4 O pecado original em chave social

A teologia da libertação latino-americana se debruçou sobre a dimensão social do pecado. O pecado original não é concebido na sua dimensão puramente pessoal, mas também estrutural. Trata-se da violência gerada pela estrutura sobre o sujeito. As estruturas injustas da sociedade geram escravidão, opressão e marginalização. A experiência latino-americana da opressão política, econômica e cultural causa impactos sociais gerando



pobreza, injustiça e fragmentação. A América latina é um cenário marcado pela colonização, pela exploração econômica, pela desigualdade social e pela pobreza generalizada. A teologia da libertação rompe uma visão puramente pessoal e espiritual e aponta para sua dimensão mundana, social e estrutural. O anúncio do Evangelho não pode ignorar a situação social, cultural e política presente no solo latino-americano.

O Evangelho tem uma dimensão política e social. Por isso, o cristão, em nome do Evangelho, é confrontado com a injustiça e a opressão. “Os cristãos se veem confrontados com o pecado social e estrutural da opressão e a injustiça das maiorias. Trata-se do pecado que existe nas instituições sociais e nas estruturas da sociedade, induzindo as pessoas e os grupos a comportamentos que contradizem o projeto de Deus” (Boff, 2010, p. 87). As estruturas são modos de relacionamento entre as coisas e as pessoas. A superação do pecado social supõe uma transformação das estruturas e das pessoas vinculadas a elas.

É preciso se posicionar frente a uma situação de injustiça e de violência institucionalizada que constitui o pecado estrutural. Há uma interação entre o ser humano e a estrutura: comportamentos injustos geram estruturas injustas que por sua vez impactam injustamente os sujeitos. A estrutura não nasce, mas se torna injusta pela injustiça produzida por sujeitos injustos que desejam explorar e oprimir. O desejo obstinado pelo lucro, pela acumulação e pelo poder gera exploração das camadas populares da sociedade.

O pecado, na sua dimensão social, gera degradação e instabilidade. “A pecaminosidade do homem é uma situação de degradação social na qual se encontra imerso. Neste contexto, a função da antropologia teológica é abrir os olhos para o poder das estruturas ou do pecado do mundo” (Faus, 1987, p. 364). As vítimas da opressão das estruturas injustas são as mulheres, os índios e os negros. O pobre não é uma categoria puramente espiritual e econômica, mas também social e cultural.

A teologia libertação não defende uma conversão puramente pessoal e espiritual, mas também social e estrutural. Trata-se de uma conversão das estruturas geradoras de injustiças. O opressor e as estruturas opressoras precisam ser confrontados com o evangelho da conversão e da libertação. “O reconhecimento do caráter social da experiência humana e a experiência do caráter opressor das estruturas sociais injustas levam à redescoberta da experiência de fé que está no fundo da doutrina do pecado original” (Wiedenhofer, 1993, p. 107).



A categoria “libertação” não tem um viés puramente pessoal e espiritual, mas também social. Não se trata de uma libertação simplesmente do pecado e do egoísmo, mas também de uma “libertação econômica, política e social dos povos oprimidos” (Boff, 1991, p. 57). É preciso tornar o pobre consciente das estruturas geradoras de injustiças para libertá-lo. A fé cristã deve mostrar para o crente que o pecado não se esgota na dimensão espiritual e pessoal, mas tem um aspecto coletivo e comunitário. O pecado não é uma realidade que se restringe ao nível puramente antropológico, mas também é sociológico, ecológico e político. Todo pecado tem uma repercussão social.

Em contraste com uma compreensão unilateralmente personalista ou espiritualista do pecado, tem aqui uma redescoberta das condições sociais que formavam parte da experiência primitiva do pecado: o pecado como uma enfermidade contagiosa que invade todos os âmbitos da existência (Wiedenhofer, 1993, p. 107).

Uma concepção puramente pessoal do pecado é incapaz de vislumbrar a dimensão social e estrutural do pecado. O pecado original não é simplesmente uma ofensa moral e espiritual, mas também social. O pecado das origens continua presente na sociedade e reproduzindo estruturas injustas.

3.5 O pecado original em chave feminista

A teologia feminista compreende o pecado original como o pecado gerado pelo patriarcado e pelo sexismo. O patriarcado consiste num sistema social, econômico, religioso e cultural institucionalizado no qual há uma supremacia do homem sobre a mulher. O sexismo é a forma de discriminar alguém em razão do sexo ou do gênero. Neste sentido, a mulher é vista de forma inferior ao homem pelo simples fato de ser mulher. Há uma violência simbólica contra a mulher. O patriarcado e o sexismo são sistemas geradores de um pecado estrutural. São sistemas que defendem a submissão da mulher ao homem. A mulher é vista como um objeto manipulado pelo homem.

Historicamente, uma tendência na antropologia judaico-cristã compreendeu o feminino como a dimensão inferior da condição humana, aquela parte que está mais sujeita ao pecado, baseada numa concepção filosófica platônica e hierárquica da supremacia do mental sobre o corporal, do racional sobre o emocional. Ora, a ligação do racional ao



masculino e do emocional ao feminino, assim como a ligação do pecado às emoções e aos sentimentos, conduzem a uma ligação do feminino à dimensão inferior do humano (Ruether, 1993, p. 83). Este dualismo antropológico e essa hierarquia sexista relegam a mulher à condição de sexo frágil. O corpo feminino foi visto historicamente de forma erotizada e como objeto de sedução e de desejo pelo homem.

As estruturas patriarcais e sexistas buscam fundamentação na Escritura. Um dos textos bíblicos preferidos utilizados para ratificar a sujeição da mulher ao homem é Gn 3. O texto de Gn 3,1-24 foi usado para discriminar as mulheres, concebendo-as como culpadas pelo início de uma história de pecado. As mulheres foram vistas como figuras tentadoras e ardilosas. A mulher é percebida como aquela que cede à sedução da serpente, precipitando no pecado, e depois conduz o homem ao pecado. O texto de Gn 2-3 consiste em um lugar clássico da hermenêutica patriarcal, a partir do qual as mulheres são concebidas, do ponto vista ontológico e ético, como subordinadas aos homens. A mulher foi criada em segundo lugar, mas é a primeira na ordem do pecado.

As mulheres são postas como causadoras de todos os pecados existentes no mundo, da ruptura da relação face-a-face com Deus e, por isso, destinadas a estar sob o domínio e vigilância dos homens. O que reforça a representação machista na interpretação bíblica dessa passagem é a ênfase que lhe é dada (Candiotto, 2015, p. 95).

Em razão de Gn 3, a mulher passou a ser percebida com desconfiança e suspeição, vista como sendo movida pelo prazer, pelos sentimentos, pelas paixões e pelo corpo. No período medieval, as mulheres foram vistas como objetos de concupiscência dos homens. Toda mulher é percebida como uma nova Eva que seduz e que induz ao pecado. Concebia-se a mulher como um homem pela metade. A história da mulher é de invisibilidade social, sendo vista como objeto de domínio do pai, do marido e do homem em geral.

Uma hermenêutica da culpa original a partir da falta de obediência e do orgulho tem sido usada em desfavor das mulheres ao reafirmar sua submissão. Trata-se de uma interpretação que está a serviço de uma estrutura patriarcal e sexista. Concebe-se a mulher como o segundo sexo ou como sexo frágil e por isso deve ser dominada e guiada pelo homem. Trata-se de uma visão androcêntrica da realidade. O sexismo, o racismo, o etnocentrismo, a discriminação com os indígenas e a comunidade LGBTQIA+ são pecados estruturais e sociais.



A melhor maneira de compreender teologicamente o sexismo, o racismo, o colonialismo e o imperialismo é examinar esse pecado e mal estruturais que envolvem, em diferentes graus e maneiras, todas as pessoas. Podemos ou resistir a esse pecado estrutural ou colaborar com ele, mas jamais podemos estar livres e inocentes dele (Fiorenza, 2009, p. 128).

As “minorias sociais” são vítimas de pecados estruturais. O patriarcalismo e o sexismo são estruturas pecaminosas que influenciam e geram comportamentos que defendem uma hierarquia sexista. São estruturas que acampam os vários setores da vida humana: social, política, econômica, cultural e religiosa. O pecado original legitimou visões sexistas e patriarcais. É preciso propor uma nova hermenêutica bíblica e teológica que reinterprete o pecado original, purificando-o de seu uso instrumentalizado para fundamentar estruturas pecaminosas e opressivas. É mister, libertar toda interpretação do pecado original que está a serviço de estruturas sexistas e patriarcais.

O sexismo, portanto, é algo que faz parte de nossa constituição cultural milenar, o que não significa que as estruturas que o alimentam não possam ser mudadas, ou que cada pessoa seja determinada por ela. Uma estrutura de pecado se alimenta de nossa condescendência, de nossa colaboração e de nossa prática no dia a dia (Candiotto, 2015, p. 102).

As práticas sexistas estão presentes no cotidiano da vida: na relação entre esposa e esposo, entre patrão e funcionária, entre pai e filha etc. O sexismo e o patriarcalismo, no campo teológico, podem ser convertidos a partir de uma nova hermenêutica da Escritura e da Tradição. As estruturas podem mudar a partir da mudança no comportamento dos sujeitos. A teologia na sua reflexão sobre as relações de gênero possui como um de seus objetivos uma reorientação da relação entre mulheres e homens.

3.6 O pecado original em chave pessoal

A visão clássica do pecado original concebia-o como um pecado da natureza. A natureza corrompe a pessoa na medida em que ela deliberadamente se posiciona diante de Deus. A concepção de um pecado da natureza oculta uma visão inerte e impassível do pecado original. Enquanto uma realidade que pertencia à natureza humana, tratava-se de uma condição que antecedia qualquer ato pessoal do ser humano. Assim



creio que tem de evitar dizer que todo homem nasce pecador como consequência do pecado do primeiro homem [...] um recém-nascido é simples e puramente castigado por uma falta cometida por outra pessoa (Dumont, 1964, p. 248).

No subsolo da visão clássica, o ser humano era concebido como um membro do gênero que nasce numa condição humana marcada pelo pecado. Tratava-se de um mal ôntico que afeta a pessoa independente de sua atuação. Não seria visto como um mal pessoal que o ser humano livremente comete por sua ação de recusa à graça divina. Na realidade, “na concretude da existência humana, a natureza humana é uma pessoa. Então, como entender a existência de um pecado do qual não seja sujeito a pessoa, mas apenas a natureza?” (Rubio, 2001, p. 638). Na antropologia subjacente à visão clássica, o ser humano era visto como uma natureza genérica, uma essência fechada em si que permanecia invariavelmente no curso da história. Tratava-se de uma concepção estática e essencialista do ser humano. A solidariedade que perpassava a visão clássica do pecado era de tipo físico-biológica. Esta natureza difusa e imutável era transmitida pela via da geração.

No entanto, o ser humano não pode ser reduzido a uma natureza imutável, mas trata-se de um ser em relação. O ser humano é uma realidade concreta e individual. Ele é relação, sociabilidade, liberdade, encontro, diálogo. O ser humano é ser-com, ou seja, um ser permanentemente em relação. Ele é uma realidade dinâmica, relacional e social. A estrutura pessoal e social do ser humano está também relacionada com a ordem do sobrenatural. Não é possível ser salvo sem uma assimilação da graça pela mediação da comunidade. Se o ser humano está inserido num meio social impermeável à graça, sua posição pessoal diante de Deus e dos outros será afetada. O ser humano será negativamente afetado no seu interior porque receberá pessoalmente um influxo negativo e pecaminoso do ambiente externo e anterior a ele. O ser humano nasce num ambiente social marcado pela ausência da graça e pelas estruturas de pecado. O pecado é anterior ao ser humano, porém quando ele nasce e se insere na sociedade o assume pessoalmente. “A pertença ao reino do pecado é inerente ao ser social de cada homem e determina interiormente sua personalidade. O indivíduo humano membro desta comunidade pecadora aparece diante de Deus como privado de graça” (Ruiz de la Peña, p. 1991, p. 189). Esta condição de privação é pecaminosa.



O ser humano não-agraciado experimenta uma ausência de santidade por sua posição moral e espiritual diante de Deus, precipitando-o no pecado. A experiência de separação e de rejeição de Deus conduz a um estado de perdição. O pecado é um ato de vontade própria que resulta de um “não” proferido a Deus e aos outros. Trata-se de uma experiência de autodestruição e aniquilação. O pecado tem uma potência destrutiva para as todas as direções: para cima, para o lado e para dentro. Diante deste cenário marcado pela relação consigo mesmo, com o outro e com Deus, “o pecado original emerge como pecado no pecado pessoal; este não é mais que a ratificação voluntária daquele; é o pecado original em ato, o germe produzindo seu fruto” (Ruiz de la Peña, 1991, p. 190).

O pecado original atinge a relação do ser humano com Deus. Porém, consiste numa realidade pertencente à esfera do pessoal e não da natureza. Quem peca é o indivíduo e não a natureza. Uma ação pecaminosa supõe que seja cometida por um sujeito livre, consciente, racional e responsável. “O pecado é sempre um ato pessoal e livre que separa o homem de Deus. Admite-se com dificuldade a ideia de uma falta recebida passivamente. A atribuição a outro de minha culpabilidade parece inexplicável” (Dumont, 1964, p. 246).

O pecado não é falta passivamente recebida, mas ativamente cometida. Pelo fato de o pecado não pertencer à ordem natural, mas pessoal, ele não é uma realidade que pertence ao domínio do imutável, mas consiste numa magnitude dinâmica. O pecado é uma realidade variável que pode crescer, desenvolver, diminuir. O pecado supõe um contexto social, espiritual e pessoal. “Deus não fez o homem como um ser social para poder imputar-lhe o pecado; o homem está implicado no pecado porque é ser social” (Ruiz de la Peña, 1991, p. 194). O ser humano peca pessoalmente porque está inserido num contexto social, cultural e político que goza de estruturas pecaminosas. O pecado é pessoal, porém, recebe o influxo do contexto. A transmissão do pecado não é pela via física da geração, mas pela via comunitária da sociedade.

Conclusão

A doutrina do pecado original, historicamente, provocou alguns “estragos” na teologia cristã. No campo da cristologia, trata-se de uma doutrina hamartiocêntrica que salienta a necessidade e a universalidade da salvação. É como se a história da revelação começasse no pecado e terminasse na salvação. Na verdade, a história da revelação começa na



salvação e termina no pecado. Neste contexto, a encarnação do Verbo é vista como necessária para salvar o homem do pecado. Em relação à antropologia, mostra como a culpa entrou no mundo por um ato de desobediência, tornando a liberdade humana viciada. O mal moral teria iniciado seu reinado no mundo por uma atitude humana. Na esfera da eclesiologia, o pecado original serviu para justificar o batismo de crianças. Na realidade, historicamente, o batismo foi reduzido a um rito de ablução, sequestrando a visão do batismo como um rito de inserção na comunidade cristã.

As releituras teológicas contemporâneas do pecado original são uma forma de reinterpretá-lo com o escopo de manter uma validade. Tais releituras surgem diante de uma insatisfação com uma leitura historicista do livro do Gênesis, uma visão fisicista da transmissão, uma rejeição da conexão pecado-morte, uma percepção cosmológica equivocada e uma concepção natural e essencialista do pecado original. As releituras teológicas representam um esforço de purificar a visão clássica do pecado original de seu caráter mitológico.

Referências

- ALSZEGHY, Z; FLICK, M. El pecado original y el evolucionismo. *Selecciones de Teología*, v. 6, p. 217-225, 1967.
- ANDRADE, B. *Pecado original o gracia del perdón?* Salamanca: Secretariado Trinitario, 2004.
- BAUMGARTNER, C. *El pecado original*. Barcelona: Herder, 1971.
- BÍBLIA DE JERUSALÉM. São Paulo: Paulus, 1985.
- BOFF, C. Mal e pecado original no contexto da evolução. In: SANCHES, M. A. (org.). *Criação e evolução*. Diálogo entre teologia e biologia. São Paulo: Ave Maria, 2009. p. 107-166.
- BOFF, L. *A fé na periferia do mundo*. Petrópolis: Vozes, 1991.
- BOFF, L. *Como fazer teologia da libertação*. Petrópolis: Vozes, 2010.
- CABALLERO, J. L. Rm 5,12 y el pecado original en la exégesis católica reciente. *Scripta Theologica*, v. 46, n. 1, p. 121-140, 2014.
- CANDIOTTO, J. de F. S. As mulheres e o pecado: uma leitura não-sexista da criação. *Paralellus*, v. 6, n. 12, p. 91-104, 2015.



- CHARDIN, T. de. *Comment Je Crois*. Paris: Éditions du Seuil, 1969.
- CHARDIN, T. de. *Fenômeno humano*. São Paulo: Cultrix, 1988.
- DENZINGER, H. *Compêndio dos símbolos, definições e declarações de fé e moral*. São Paulo: Paulinas: Loyola, 2007.
- DUFFY, S. J. Tiniebla de corazones: una revision del pecado original. *Selecciones de Teología*, v. 29, n. 115, p. 183-195, 1990.
- DUMONT, C. La predicación del pecado original. *Selecciones de Teología*, v. 3, p. 241-250, 1964.
- FAUS, J. I. G. *Proyecto de hermano*. Visión creyente del hombre. Santander: Sal Terrae, 1987.
- FIORENZA, E. S. *Caminhos da sabedoria*: uma introdução à interpretação bíblica feminista. São Bernardo do Campo: Nhanduti, 2009.
- GROSSI, V; SESBOÛÉ, B. Pecado original e pecado das origens: de Santo Agostinho ao fim da Idade Média. In: SESBOÛÉ, B. (dir.). *História dos dogmas*. O homem e sua salvação. v. 2. São Paulo: Loyola, 2003. p. 133-190.
- LYONNET, S. El pecado original en Rom 5,12. *Selecciones de Teología*, v. 3, p. 233-240, 1964.
- LYONNET, S. El problema del pecado original en el Nuevo Testamento. *Selecciones de Teología*, v. 8, p. 51-55, 1969.
- MALDAMÉ, J. M. *O pecado original*: fé cristã, mito e metafísica. São Paulo: Loyola, 2013.
- MARTELET, G. *Libre réponse à un scandale*. La faute originelle, la souffrance et la mort. Paris: Cerf, 1986.
- RAHNER, K. *Curso fundamental da fé*. São Paulo: Paulus, 1989.
- RUETHER, R. R. *Sexismo e religião*: rumo a uma Teologia Feminista. São Leopoldo: Sinodal, 1993.
- RUIZ DE LA PEÑA, J. L. *El don de Dios*. Santander: Sal Terrae, 1991.
- SAYÉS, J. A. *Teología de la creación*. Madrid: Palabra, 2002.
- SCHOONENBERG, P. Mysterium iniquitatis. Ensayo sobre el pecado original. *Selecciones de Teología*, v. 6, p. 134-143, 1967.



SCHOONENBERG, P. *El poder del pecado*. Buenos Aires: Carlos Lohlé, 1968.

SCHOONENBERG, P. O homem no pecado. In: FEINER, J; LOEHRER, M. *Mysterium Salutis*. II/3, Petrópolis: Vozes, 1972, p. 265-352.

TOMÁS DE AQUINO. *Suma teológica*. v. IV, São Paulo: Loyola, 2005.

WIEDENHOFER, S. Teología del pecado original: modelos actuales. *Selecciones de Teología*, v. 32, n. 125, p. 103-111, 1993.